

SANTA MARIA E A POLÍTICA ESTADONOVISTA (1937-1945)¹

SANTA MARIA AND THE NEW STATE POLITICS (1937-1945)¹

Augusto Russini² e Lenir Cassel Agostini³

RESUMO

Getúlio Dornelles Vargas e suas propostas políticas marcaram o século XX no Brasil, possibilitando um vasto legado a ser estudado. Vargas, de líder da Revolução de 1930, à Presidente da República brasileira, passa a governar o Brasil por meio de imposições de leis e decretos, modernizando as estruturas econômicas e sociais deste país. Para isso, procurou transformar um país agroexportador em uma economia diversificada, com um incipiente capitalismo, através de um discurso legitimador e autoritário. Dentro deste universo político, busca-se estudar as ações políticas de Getúlio Vargas em nível nacional, refletidas na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, através da análise de fontes bibliográficas, jornais e entrevista, pois trata-se de uma cidade com um dos maiores entroncamentos ferroviários do sul do Brasil e um pólo de Guarnição Militar do Exército Brasileiro e, conseqüentemente, com um considerável desenvolvimento comercial.

Palavras-chave: Estado Novo, Santa Maria, política getulista.

ABSTRACT

Getúlio Dornelles Vargas and his political proposals branded the Brazilian 20th century, leaving a vast legacy to be studied. Vargas, from leader at the 1930 revolution to Brazilian President, make his way trough the Brazilian government by the imposition of laws and decrees, modernizing both social and economic structures at this country. For that purpose, tried to change a settled on agricultural exportation to a diversified economy with a growing capitalism, trough a legitimating and authoritarian speech. Within this political universe, it's tried to study Getúlio Vargas political actions on a national level, reflected on Santa Maria, a city in Rio Grande do Sul, by the use of by the use of bibliographical

1 Trabalho Final de Graduação – UNIFRA.

2 Acadêmico do Curso de História – UNIFRA.

3 Orientadora – UNIFRA.

sources, news paper and interviews, because Santa Maria is a city with one of the biggest railroad junctions of the Brazilian South Region, and a garrison post for the Brazilian Army, and, by so, a considerable commercial development.

Key words: New State, Santa Maria, getulista politics.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como proposta compreender e refletir as ações políticas estadonovistas (1937-1945) em nível nacional, e sua percepção em Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, primeiramente faz-se uma abordagem histórica, iniciando com a ruptura da política café-com-leite, que leva à formação da Aliança Liberal pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que lançam Getúlio Vargas como candidato à presidência da República nas eleições de 1 de março de 1930.

O resultado de tal eleição, com a vitória do candidato paulista Júlio Prestes, somado ao assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente da República, resultam em fatores preponderantes para a Revolução de 1930, que vai levar Getúlio Vargas à Presidência da República. Primeiramente, instala-se o Governo Provisório, que se estende até 1934, quando Vargas assumiu o Governo Constitucional por meio de uma eleição indireta no parlamento, e, em 1937, é decretado o Estado Novo, que perdura até 1945.

Nessa arena política, refletem-se as propostas Getulistas, em um contexto de reformas políticas, econômicas e sociais, em busca de um processo modernizador, entendido pela transição de uma economia agroexportadora para uma proposta de industrialização como vetor para alcançar a justiça social.

Essa proposta modernizadora, em um segundo momento, é estudada no contexto de Santa Maria, no marco temporal proposto (1937-1945), tentando recuperar a história local, enquadrada na história regional, para a reconstrução desta época histórica. Paralelamente, a pesquisa visa construir história política local e regional, colaborando para o registro da história santamariense.

Para tanto, optou-se por construir um estudo de História política, através de pesquisas em fontes bibliográficas, fontes documentais, como jornais, e fonte oral.

GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO

Getúlio Dornelles Vargas, natural de São Borja, Rio Grande do Sul, inicia sua carreira política em 1908, ao ser nomeado para exercer o cargo de

Promotor Público em Porto Alegre, através de Borges de Medeiros, então Presidente do Rio Grande do Sul. Assim o bacharel em Direito Getúlio Vargas é eleito representante do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) para a Assembléia gaúcha, e, posteriormente, exerce o cargo de Ministro da Fazenda no governo de Washington Luis.

No entendimento de Agostini (2003), Vargas cresceu dentro do cenário das lutas republicanas no Rio Grande do Sul, onde se consolidou a República Rio-Grandense influenciada pelas idéias de Júlio de Castilhos. Tais idéias têm como inspiração o Positivismo⁴ e firmam-se no contexto político sul-riograndense devido à liderança local do PRR.

O Castilhismo defendia amplos poderes para o presidente do estado, para o poder Executivo, e, de acordo com Flores (1986), encaixava-se perfeitamente nas condições econômicas e sociais do estado do Rio Grande do Sul. Os governos exercidos pelo PRR⁵ caracterizavam-se por leis e decretos aprovados pelo Presidente do estado, restando aos conselhos municipais somente acatarem estas leis. Os conselhos municipais eram nomeados pelo Executivo do estado, e em relação ao Legislativo estadual competia somente discutir o orçamento do estado.

Para Pesavento (1982), o forte aparato administrativo estabelecido pelo PRR somado ao contexto internacional, durante o governo de Borges de Medeiros, no período temporal de 1913 a 1918, o Rio Grande do Sul chegou a ser denominado “celeiro do país” e a ação política de Getúlio Vargas, marcada pela abertura ao diálogo, possibilitou várias conciliações políticas, merecendo destaque a formação da Frente Única Gaúcha⁶, que se tornaria um dos pilares da Aliança Liberal para levar Getúlio Vargas à Presidência da República. Esta postura política de Getúlio Vargas possibilitou-lhe tornar-se uma liderança política nacional.

Entende-se que a década de 1920, em nível nacional, caracteriza-se por acontecimentos que levam ao fim da República Oligárquica. Entre eles, destacam-se os movimentos tenentistas, as cisões oligárquicas, sobretudo a paulista e a mineira abrindo, desta forma, espaço político para as oligarquias dissidentes, como a gaúcha. Mas, no final da década de 1920, os acontecimentos tornam-se mais complexos, pois o principal

⁴ Positivismo: define-se Positivismo por uma teoria política criada por Augusto Comte, baseada nos fenômenos sociais e físicos, podendo serem reduzidos a leis, e que todo o conhecimento científico e filosófico deve ter por finalidade o aperfeiçoamento moral e político da espécie humana, obedecendo ao raciocínio lógico da ordem e do progresso.

⁵ O PRR esteve no poder do Estado de 1889 a 1930, conforme Flores (1986).

⁶ A Frente Única Gaúcha é resultado da extinção do Partido Federalista, opositor do PRR, formando o Partido Libertador (PL), e em 1928, apesar das divergências entre esses dois partidos, lançaram a Frente Única Gaúcha (1929), com o objetivo de colocar o Rio Grande do Sul na disputa da sucessão presidencial, prevista para março de 1930, segundo Colussi (1996).

produto agroexportador brasileiro, o café, começa a enfrentar várias crises, e conseqüentemente, proporciona rupturas na política interna brasileira.

Para Fausto (2001), o contexto político brasileiro estruturava-se na política do café-com-leite, porém com a crise política deflagrada, o Presidente da República Washington Luis (1926-1930), não segue o acordo estabelecido de alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais e lança a candidatura de outro paulista a Presidência da República Júlio Prestes. O rompimento deste acordo político leva ao descontentamento da elite mineira que se une às oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul e da Paraíba, formando a Aliança Liberal, que lança Getúlio Vargas como candidato ao cargo de Presidente da República e João Pessoa, da Paraíba, ao cargo de vice-presidente.

Observa-se que, no decorrer da campanha eleitoral, instala-se a crise mundial de 1929, a qual recrudesce a crise econômica brasileira pela superprodução de café, pois não havia compradores para toda a produção, gerando descontentamentos entre o setor cafeeiro e o governo de Washington Luis. É neste cenário que ocorrem as eleições presidenciais de março de 1930, com a vitória de Júlio Prestes, o que leva ao surgimento de movimentos contrários às eleições, sobretudo pelos tenentes e alguns membros da Aliança Liberal. Apesar dos descontentamentos, Júlio Prestes estava pronto para assumir ao cargo de Presidente da República, porém com assassinato de João Pessoa irrompe um movimento de cunho militar no dia 3 de outubro, no Rio Grande do Sul, com grande adesão do Nordeste, resultando na deposição do governo de Washington Luis, por militares do estado do Rio de Janeiro, que entregam o poder a Getúlio Vargas.

Desse modo, Vargas assumiu a Presidência da República através de um Governo Provisório, que duraria de 1930 a 1934, e tinha como objetivos “achar uma saída para o capitalismo e novas formas de controle social” (PESAVENTO, 1994, p. 43). Mesmo com a Revolução de 1930, o Brasil continuava a sofrer as conseqüências das crises da década de 1920, como a superprodução de café, a falta de mercados, o desemprego e a necessidade de uma política para estabelecer novas relações de capital-trabalho. Na tentativa de solucionar o cenário apresentado, sugere-se que Vargas busque nos ideais castilhistas a inserção de um Estado autoritário e centralizador. Para tanto, dissolve o Congresso Nacional (novembro de 1930), nomeia interventores estaduais e municipais e passa a governar através de decretos-leis.

Paralelamente, o Governo Provisório procurou diversificar e modernizar a economia, através da realização do comércio interno brasileiro, diminuindo progressivamente as importações, “tal política ia ao encontro dos interesses das diferentes economias regionais, tanto voltadas

para o abastecimento do mercado interno quanto voltado para a exortação” (PESAVENTO, 1994, p. 42). Dessa forma, o desenvolvimento capitalista brasileiro, além do setor agrário, evidencia o setor industrial.

O Governo Provisório de Vargas, também enfrentava segundo Skidmore (1969) diversos descontentamentos de algumas oligarquias, em especial a paulista, representada pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e pelo Partido Democrático (PD), que contavam com o apoio de diversos setores da sociedade paulista (estudantes, pequenos burgueses, alguns oficiais do exército). Nessa arena política de descontentamentos, busca-se, em Skidmore (1969) uma abordagem parcial da Revolução Constitucionalista de 1932:

A 9 de julho de 1932, São Paulo levantou-se em revolta armada. A rebelião foi imediatamente batizada Revolução Constitucionalista e a cidade de São Paulo mobilizada para uma guerra civil em larga escala. Fábricas foram apressadamente convertidas para a produção de munição bruta. Donas de casa da classe-média contribuíram com suas jóias para uma campanha do ouro, a fim de financiar o esforço de guerra, enquanto seus filhos se apresentavam como voluntários para servir nas trincheiras (1969, p. 37).

Assim, nota-se, por parte dos constitucionalistas, liderados pelo PD, um preciosismo em relação ao novo código eleitoral, formulado em 24 de fevereiro de 1932, no qual os paulistas queriam maiores vantagens em relação aos demais estados brasileiros, com uma idéia de separatismo regionalista. Os constitucionalistas lutaram até outubro do corrente ano, mas foram derrotados pelas tropas federais.

Para institucionalização de sua proposta governamental, Vargas convocou a Assembléia Constituinte, que após realizar a regulamentação legal, possibilitou a promulgação da Constituição de 1934. Nas palavras de Fausto (2001), esta Constituição trazia títulos diferentes das Constituições brasileiras anteriores, como planos para o desenvolvimento de uma economia nacional, através da nacionalização das minas, jazidas minerais, rios, autonomia dos sindicatos, legislação trabalhista, ensino primário gratuito e obrigatório. Ma o grande título desta Constituição era o tema de Segurança Nacional, chefiado pelo presidente da república e assessorado pelos Estados-Maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Por essa Constituição, elege-se indiretamente o presidente do Governo Provisório, Getúlio Vargas, para um Mandato Constitucional até 3 de maio de 1938, quando tomaria posse um presidente eleito diretamente em eleições democráticas.

O Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937) foi marcado por diversos radicalismos políticos, com a atuação da Ação

Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932 pelo escritor Plínio Salgado⁷, declarando-se contrária ao liberalismo e aos socialistas.

Segundo Sodré (1986), em 1935 é fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), composta por ex-tenentes reformistas, adeptos do socialismo e do comunismo, e contrários ao governo centralizador de Vargas. O presidente de honra da ANL foi Luís Carlos Prestes. Nesse sentido, o período histórico compreendido entre 1934 a 1937 é caracterizado por um conturbado contexto de perseguições políticas, tendo a AIB o apoio de Vargas para destruir qualquer resquício do comunismo presente na sociedade brasileira.

Na visão de Dutra (1997), criou-se em nível nacional, um trabalho em conjunto, no qual todos os setores da sociedade, em especial a Igreja Católica, deveriam assumir uma postura em favor do governo contra o ideal comunista. O Governo Constitucional de Getúlio Vargas, para sufocar qualquer movimento da ANL, determina, em abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional⁸, que entra em vigor em 11 de julho do mesmo ano, determinando o fechamento da ANL.

As respostas dos seguidores da ANL, frente a sua extinção, foram, segundo Sodré (1986), as organizações de movimentos e insurreições, sendo a mais conhecida a Intentona Comunista de 23 de novembro de 1935, que esbarrou no forte aparato militar criado pelo governo de Vargas.

Nesse cenário político, Tota (1987) descreve que, ao se aproximarem as eleições para a Presidência da República, dois candidatos surgem com força expressiva: Armando Salles de Oliveira, paulista, e José Américo de Almeida, paraibano, que fora ministro do governo Vargas. Frente ao objetivo de continuar no poder e vendo o fortalecimento político de seus concorrentes, Getúlio Vargas passa a articular com os altos militares um golpe para estabelecer um regime autoritário no Brasil. Para tanto, apóia a difusão da idéia de um perigo comunista para o Brasil, sendo assim articulado o Plano Cohen, que se referia a uma provável insurreição comunista no país. Em meio a essa articulação, o general Góes Monteiro, e o Ministro da Guerra, general Dutra, decretam o fechamento do Congresso Nacional no dia 10 de novembro de 1937, e assim inicia-se o Estado Novo.

⁷ O Integralismo pode ser definido como uma doutrina nacionalista, que pretendia dar ao Estado controle sobre a economia e a tomada de consciência do valor espiritual da nação, defendendo o lema “Deus-Pátria-Família”, segundo Fausto (2001).

⁸ Lei de Segurança Nacional: foi criada em 1935, aprovada pelo Congresso Nacional e definia crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: greve de funcionários públicos; a projeção de desordem dentro das Forças Armadas; propaganda subversiva e, principalmente, a organização de associações ou partidos políticos com o objetivo, de subverter a ordem política ou social por meios não permitidos em lei (FAUSTO, 2001).

Assim sendo, articulava-se uma ordem política com ideologia da centralização do poder, sendo o fortalecimento do Estado o vetor utilizado para viabilizar a justiça social. Para alcançar esse objetivo, Getúlio Vargas contava com o apoio do alto oficialato militar e a força de uma nova e emergente classe industrial. Desse modo, o processo de centralização política do Estado Novo, no entender de Levine (2001), baseia-se na Constituição de 1937, dando poderes a Getúlio Vargas para decretar o fim dos partidos políticos, o que não agradou a Ação Integralista Brasileira, que aspirava ser o único partido político brasileiro. Vargas, para fortalecer o Executivo, pôs fim aos poderes políticos dos Estados e decretou a extinção do poder Legislativo.

A legitimação do Estado Novo, para Levine (2001), contou ainda com vários órgãos de censura criados por Getúlio Vargas, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP atou no controle de programas de rádio, de cinemas, jornais e revistas. Importante salientar que, neste dado momento histórico, o rádio era o principal meio de comunicação. Para disseminar suas propostas políticas e fortalecer sua imagem de liderança nacional, o governo cria a *Hora do Brasil*.

O Estado Novo, assentado na unidade política e no discurso legitimador de Vargas, começa a sofrer modificações na compreensão de Seitenfus (2002), com os acontecimentos internacionais, em especial a II Guerra Mundial. O governo Varguista rompe com as Potências do Eixo, após o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, que leva os Estados Unidos a entrar no conflito mundial e, conseqüentemente, pressionar o Brasil a ser seu aliado, devido a sua posição estratégica na América do Sul. Apoiando os Estados Unidos, o Brasil consegue obter fundos para colocar em prática seu plano de desenvolvimento econômico baseado na produção de aço, para tanto, constrói a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

O governo brasileiro, ao apoiar os Estados Unidos na II Guerra Mundial e assim lutar contra o nazi-fascismo, cria, para tanto, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), gerando um panorama interno de adversidades políticas, resultando na formação de diversos movimentos contrários ao Estado Novo, pois compreende-se que ambigüidades afloravam em um Estado autoritário, o qual, no âmbito externo, lutava pela vitória de um processo democrático.

Assim sendo, crescia o número de organizações contrárias ao governo de Vargas, como por exemplo, a Sociedade dos Amigos da América, formada por intelectuais e militantes clandestinos do Partido Comunista, as críticas jurídicas feita pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o

Manifesto dos Mineiros⁹ e o I Congresso Brasileiro de Escritores¹⁰.

Com inúmeras críticas e, segundo Brum (1988), a criação e a efetivação de partidos políticos e articulações entre militares para suceder Vargas, o fim do Estado Novo estava decretado. Nessa arena política, Getúlio Vargas foi deposto do governo brasileiro, através de um golpe arquitetado pelo general Góes Monteiro, que contava com o apoio da cúpula das forças armadas, no dia 29 de outubro de 1945, pondo fim ao Estado Novo.

Para compreender o contexto político nacional, acredita-se na importância de estudar o local. Nesse sentido, o cenário santa-mariense no Estado Novo nos elucidava esses pressupostos.

SANTA MARIA E O ESTADO NOVO

Santa Maria, no contexto estadonovista, encontrava-se dividida em sete distritos administrativos, sendo estes dirigidos por sub-prefeitos, com a presença de um juiz distrital (que representa a autoridade judiciária). O sub-prefeito era cargo de confiança do prefeito municipal e, além das funções administrativas, acumulava também as funções de inspetor escolar e sub-delegado de polícia. Porém, sua função não era remunerada.

Na leitura de Costa Beber (1998), Santa Maria caracterizava-se por ser uma cidade interiorana, desenvolvendo agricultura, produzindo, sobretudo, feijão, milho, arroz, tomate, fumo, mandioca, cana-de-açúcar, uma forte pecuária e a atuação de duas importantes charqueadas, a *Charqueada de Santo Antônio* e a *Charqueada de Nelson Loureiro e de Afonso Barros*, que abatiam cerca de 100.000 cabeças de gado anualmente.¹¹

Demonstra-se o crescimento da pecuária em Santa Maria através das palavras de Costa Beber:

A partir de 1930, as exposições eram organizadas pela Sociedade Agrícola Pastoral de Santa Maria, com a participação da Prefeitura Municipal. O Prefeito municipal Dr. Antônio Xavier da Rocha (1938-1942) foi o maior investidor desses eventos realizando três deles 1938, 1939 e 1941. A exposição de Animais e Produtos Derivados de 1941 ficou na história de Santa Maria pela

⁹ Manifesto dos Mineiros: ocorrido em outubro de 1943, em que liberais conservadores queriam o fim do autoritarismo político de Vargas e a instauração de um regime democrático (TOTA, 1987).

¹⁰ I Congresso de Escritores: foi o encontro de vários escritores, em janeiro de 1945, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, José Américo de Almeida, no qual foram debatidos temas como democracia e as eleições diretas para a presidência da República (TOTA, 1987).

¹¹ Entende-se que as duas charqueadas de Santa Maria encerraram suas atividades em 1940. Isto se deve ao fato de que as Charqueadas de todo o estado foram paulatinamente encerrando as atividades devido à implantação de frigoríficos e à mudança do hábito alimentar do país. Deve-se levar em conta que o charque constituía a base alimentar dos escravos existentes no Brasil, segundo Costa Beber (1998).

¹² O depoente não revelou a identidade destes ex-ferroviários adeptos ao comunismo, por pertencerem

grandiosidade, pela quantidade de animais e pelo grande número de expositores pecuarista e industriais presentes. A referida mostra foi considerada, no gênero, a segunda maior do país (1998, p. 48).

Desse modo, observa-se que a cidade de Santa Maria, no período do Estado Novo, caracterizava-se por uma economia agropecuária. Paralelamente, era um dos maiores entroncamentos ferroviários do sul do Brasil, devido à sua posição geográfica e também por um pólo militar da Guarnição do Exército Brasileiro. Assim, Santa Maria destacava-se pelo transporte ferroviário, que ao lado de uma agropecuária forte e um significativo contingente de militares, construía um cenário comercial através de empresas, como as Casas Roth, as Casas Eny, Ourivesaria Gaiger, Fábrica de Máquinas, Fundação e Caldeiraria de Walter Abicht, (pioneira na indústria mecânica em Santa Maria), Livraria do Globo, Fábrica Cyrilla, que acumulava títulos nacionais de qualidade, como o Grande Prêmio na Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922; Expresso Mercúrio, transportes diretos do Rio de Janeiro e São Paulo e também para as principais cidades do Rio Grande do Sul; Farmácia Fontenele e diversos armazéns. Tratando-se das atividades comerciais da cidade, merece destaque a atuação da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, na qual eram comercializados alimentos, e diversas mercadorias fornecidas pelos ferroviários. Esses estabelecimentos comerciais se localizavam no centro da cidade, em sua maioria na Avenida Rio Branco, Rua Venâncio Aires e Rua Silva Jardim.

Nesse contexto, Santa Maria proporcionou espaço para a atuação de profissionais liberais, como médicos e bacharéis em direito. Outro ramo desenvolvido na economia santamariense foi o ramo hoteleiro, por ser uma passagem daqueles que necessitavam da ferrovia para locomoção entre as diversas localidades regionais, ou mesmo chegar às localidades fora dos limites estaduais. Entre os diversos hotéis surgidos na época, destacam-se o Glória Hotel, localizado na Avenida Rio Branco, esquina com a Silva Jardim, e o Hotel Brenner, na Avenida Rio Branco.

É importante, nesse contexto estadonovista, demonstrar a política Getulista de construção de uma unidade nacional, através da constante exaltação de símbolos nacionais para legitimar como uma das bases do poder forte e autoritário. Para entender essa influência estadonovista em Santa Maria, busca-se na leitura da manchete de capa do jornal Diário do Interior, em 21 de novembro de 1937:

O Dia da Bandeira, em Santa Maria, foi um acontecimento inédito de brasilidade. O nosso povo homenageou condignamente o símbolo estremeado da pátria. Importante cerimônia cívico-religiosa na Catedral e também majestosa e extraordinária concentração cívica

realizada no principal logradouro público da cidade (p. 1).

Nesse sentido, Santa Maria se inseriu na proposta de formação cívica do governo Getulista, quando a comunidade glorifica os símbolos nacionais através de eventos que estimulavam o patriotismo, incluindo-se no processo de unidade nacional com perspectiva de uma conjuntura harmônica. Nesse universo, os eventos se diversificam e se comemoram as principais datas cívicas e significativas para a política de Getúlio Vargas, como o Dia Internacional do Trabalho, no qual Santa Maria promove diversos acontecimentos festivos. Percebe-se a intensidade de tais comemorações através da seguinte reportagem:

Os colégios públicos da cidade comemoraram ontem a data consagrada aos trabalhadores – O Círculo Operário de Santa Maria realizará hoje uma sessão cívica em sua sede social. A humanidade toda se curva, no dia de hoje, ante os obreiros de todas as classes (...). É que a data universal que decorre pertence aos trabalhadores em geral, a todos aqueles que oferecem a melhor de suas energias em prol do progresso material dos povos, forjando nas fábricas e nas oficinas a grandeza das nações (jornal Diário do Interior, 1 de maio de 1938, p. 2).

Observa-se que trabalhadores e estudantes, tomados de um civismo exaltado, comemoram juntos a data que dignifica o trabalho. Desse modo, esse cenário patriótico possibilita sugerir a presença de pressupostos para a construção na comunidade santamariense de uma postura patriótica, respeitando os símbolos nacionais e participando do desenvolvimento nacional, partindo de um viés em que o trabalho e também o civismo, construído através dos estudantes e do operariado, são a base do desenvolvimento de uma nação.

Concomitantemente, a cidade de Santa Maria se insere no processo de urbanização e modernização brasileira, sendo um dos exemplos de modernização ocorrido na cidade o funcionamento do serviço telefônico, em abril de 1939, segundo evidencia a reportagem:

Entrou em funcionamento o moderno serviço de telefonia automática da Companhia Telefônica Rio-Grandense (...). Revestiu-se de solenidade o ato de inauguração da Central Telefônica Rio-Grandense que acaba de montar nesta cidade, para cumprir o contrato que em fins de 1937 assinou com a prefeitura municipal. Compareceram ao ato autoridades civis e militares, representantes da imprensa e das classes conservadoras (jornal Diário do Interior, 16 de abril de 1939, p. 2).

O evento reveste-se de mérito, pois proporciona uma série de benefícios para a cidade de Santa Maria, que passa a contar com o

que de mais moderno existia no Rio Grande do Sul no setor. Além do funcionamento das linhas telefônicas na cidade, a Companhia Telefônica Rio-Grandense trouxe, para o conhecimento da sociedade santa-mariense, o adiantamento das obras que ligarão a cidade aos demais municípios gaúchos, proporcionando, desta forma, uma série de melhorias no cotidiano da população local, bem como melhorias no setor comercial e industrial da cidade.

Também se evidencia a construção da nova rodovia ligando Santa Maria a São Sepé, pela visita do Interventor Federal, o coronel Cordeiro de Farias à cidade, como descreve a imprensa local:

O coronel Cordeiro de Farias acompanhado pelo Prefeito Municipal, o Dr. Xavier da Rocha e outras autoridades, visitou de automóvel a estrada Santa Maria – São Sepé em construção pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens. A excursão se estendeu até o Passo das Tropas, onde a caravana estacionou e o coronel Cordeiro de Farias recebeu do Dr. Weimann Peixoto Pinto, chefe da 4ª Presidência todas as informações sobre esta importante rodovia, que ligará esta cidade a São Sepé e Caçapava. Atualmente essa estrada está sendo empedrada. Durante a informação, o engenheiro Weimann Pinto declarou que a obra já se encontra em condições de tráfego, faltando apenas algumas obras de arte para ficar completa (jornal Diário do Interior, 9 de janeiro de 1940, p. 2).

Nota-se, portanto, que ocorrem perspectivas de crescimento como uma melhor base para o desenvolvimento econômico da cidade através do sistema telefônico implantado, e a ligação rodoviária com outras cidades do interior do estado, somando com o funcionamento do setor ferroviário.

Porém, paralelamente a este processo de urbanização e modernização, há uma aparente tranquilidade em Santa Maria. O clima político municipal era tenso, existindo perseguições e infiltrações de agentes secretos do governo de Getúlio Vargas em amplos setores, como quartéis, escolas, sindicatos, na Cooperativa dos Ferroviários, agremiações literárias e sociedades esportivas. O objetivo destes agentes de Vargas era reconhecer e prender comunistas que poderiam rebelar-se contra o governo.

Pode-se verificar tal situação política, baseando-se nas publicações da imprensa santa-mariense:

O combate ao Comunismo – A 3ª Região Militar baixou as seguintes instruções sobre as atividades comunistas: ter maior rapidez nas investigações em torno de atividades comunistas de elementos militares e civis e que os delegados e subdelegados ou a quem for responsável de realizar as referidas investigações procedam à sindicância de forma minuciosa (...) concluindo qualquer sindicância positivamente, pela responsabilidade de atividades comunistas, deverão as autoridades proceder imediatamente

mandando os culpados à Chefia de Polícia Militar, para ulteriores providências processuais (Diário do Interior, 12 de novembro de 1937, p. 2).

Dessa forma, a preocupação com a presença de comunistas como algo a ser combatido em prol de uma sociedade pacífica, longe dos malefícios que deles poderia advir, Dutra (1997) explica que esta campanha do governo tinha por fim estabelecer padrões familiares e morais na defesa da pátria e na construção de um Estado nacional sadio, contando com o apoio da imprensa e da Igreja Católica.

Nessa perspectiva, Porto (2005) relata que existiam muitos comunistas em Santa Maria, sendo seu maior reduto no meio ferroviário; entre eles existia um grupo que chegou a ter instruções na Rússia.¹² Dentro dos quartéis, o comunismo também encontrava adeptos e, quando estes eram descobertos, eram expulsos, torturados e presos. Para enfrentar o medo de uma insurreição comunista em Santa Maria, as Guarnições do Exército Brasileiro, sediadas neste município, estavam sempre em prontidão. Outro radicalismo estadonovista, citado pelo depoente, era com relação à cobrança de impostos. Neste caso, um comerciante ou industrial, enfim, o cidadão inadimplente, era preso e torturado, agravando-se a situação se fosse contrário ao governo de Getúlio Vargas.

Também relata Porto (2005) que existiam grupos anti-getulistas na cidade, porém estes não representavam número expressivo e se encontravam secretamente nos porões do Edifício do Amparo Mútuo.¹³ Desse modo, entende-se que, no cenário local, Santa Maria, a repressão através de organismos construídos pelo Estado autoritário Getulista estava presente e os opositores, pelo sistema vigente, procuravam a clandestinidade.

Nessa totalidade, as classes locais abastadas do poder econômico e da cultura são descritas por Corrêa (2004) da seguinte forma:

Em Santa Maria, como em outras cidades, houve a tentativa de impor a separação dos corpos, tornando o centro da cidade palco das ações da camada civilizada (...). Mas, apesar da imposição de novos valores e de uma elite que não via como verdadeiros cidadãos, os pobres, através da desobediência às leis e ao apego aos valores inerentes a sua condição, revelaram sua inconformidade na nova sociedade. Separados do *corpus* civilizado e produtivo, prostitutas, alcoolizados, vagabundos e demais indesejados, estabeleceram regras e hábitos para o seu próprio cotidiano (p. 8).

As afirmações de Corrêa (2004) podem ser evidenciadas através de notícias de jornais locais nos espaços destinados aos acontecimentos sociais

a famílias tradicionais de Santa Maria.

¹³ O Edifício do Amparo Mútuo localizava-se na Esquina da Rio Branco com a rua Daudt.

¹⁴ Edmundo Cardoso era conhecido como uma das principais personalidades da cultura santa-mariense,

da cidade e aos espaços destinados às ocorrências policiais. Demonstra-se essa assertiva pelos seguintes trechos jornalísticos:

Na Delegacia de Polícia, prosseguem as investigações sobre o conflito ocorrido há dias na venda de José Sucara, entre este e o pintor Valentim Kromer Filho. Foram presos correccionalmente: Isidoro Martino por desordem, José Leonardo por gatunagem e Dorival Moreira para averiguações (jornal Diário do Interior, 29 de janeiro de 1938, p. 2).

Enquanto isso:

Faz anos hoje o Dr. Astrogildo de Azevedo, médico e aqui fazendeiro. Festejou, ontem, o seu aniversário natalício o nosso companheiro de trabalho Edmundo Cardoso¹⁴ (jornal Diário do Interior, 30 de janeiro de 1938, p. 1).

Assim, entende-se que a cidade de Santa Maria apresentava contradições como a modernização e o enriquecimento de alguns setores sociais, contrapondo-se à pobreza eminente daqueles desfavorecidos. Ao mesmo tempo que, um jogo político audacioso, ligado ao governo federal com uma constante perseguição política presente em todos os momentos do Estado Novo, nos âmbitos nacional, regional e local.

Fato marcante na cidade de Santa Maria foi a perseguição aos estrangeiros, que tinha na Ala Democrática da Mocidade de Santa Maria¹⁵ a maior articuladora destas perseguições, pois estava como um órgão legitimador oficial do governo Vargasista, a Liga de Defesa Nacional. A Ala Democrática da Mocidade de Santa Maria proporcionou no ano de 1942 diversos quebra-quebras na cidade. Para demonstrar a perseguição que os estrangeiros sofreram Dalmolin descreve:

Nelson Borin, descendente italiano, lembra do “quebra-quebra” e do saque que a empresa de seu pai sofreu (...). Eu só sei que naquela noite estava chovendo e o pessoal cortava com uma faca os sacos de feijão e arroz e saiam esparramando pela rua. E o Exército estava ali, olhando, mas deixando o pessoal quebrar (2005, p. 16).

Paralelo a esse universo, o cenário internacional marcado pela II Guerra Mundial cercava de forma mais acirrada o Brasil, para entrar no conflito ao lado dos aliados. No momento em que o governo brasileiro firma acordos com o governo norte-americano, e torna-se um dos componentes

promovendo atividades culturais variadas, como programas de rádio e atividades teatrais.

¹⁵ Agremiação santa-mariense que luta contra a Quinta-Colunista, que encontrava apoio de algumas autoridades da cidade, como o Dr. Walter Jobim.

¹⁶ (Fonte: jornal A Razão, 14 de dezembro de 1945, p. 2)

do conflito ao lado dos aliados, as guarnições militares de Santa Maria intensificam treinamentos de guerra, recrutando centenas de homens da região, para uma provável participação no conflito.

Como era esperado, Santa Maria, como uma das maiores Guarnições do Exército Brasileiro, é convocada pelo presidente Getúlio Vargas a fazer parte da FEB no conflito mundial. A partida do Segundo Contingente Expedicionário de Santa Maria é relatado por um jornal local da seguinte forma:

O Segundo Contingente Expedicionário de Santa Maria, que partiu daqui anteontem, pela manhã, tem sido aclamado em todas as localidades do trajeto (...). A população corre a passagem do trem rendendo homenagem aos bravos soldados que seguem para serem incorporados a Força Expedicionária Brasileira que o Brasil enviará a ultra-mar (jornal A Razão, 30 de outubro de 1943, p. 6).

Percebe-se que Santa Maria se inseriu no contexto nacional do governo estadonovista, em uma política de exaltação de símbolos nacionais, como também importante participação de praças e oficiais pertencentes e treinados nos quartéis sediados em Santa Maria na II Guerra Mundial, para o Estado brasileiro, na frente de batalha comandada pelo 5º Exército norte-americano.

A participação brasileira na II Guerra Mundial proporcionou a crise em nível nacional do Estado Novo. Santa Maria, por sua vez, também se inseriu nesse universo, como mostra a reportagem:

Realizou-se ontem o comício “queremista” anunciado em todo o país, simultaneamente, sob a legenda “Para a Constituinte com Getúlio Vargas”. Segundo informações radiofônicas na noite, no Rio de Janeiro e em São Paulo o comício redundou em fracasso (...). Em Santa Maria, foi registrada assistência reduzida e pouco entusiasta (jornal A Razão, 4 de outubro de 1945, p. 1).

Nesse sentido, evidencia-se um paralelo em nível local em relação ao nacional, no qual os comícios queremistas não conseguem amplo apoio da população em seus eventos promovidos. Santa Maria, nesse momento de transição política, recebe personagens da política nacional, como a visita de Luis Carlos Prestes. A visita de Prestes também é um dos fatores que demonstra a relação desta cidade com a política nacional. A aparição deste marcante personagem da história política brasileira, do século XX é descrita da seguinte forma:

Luis Carlos Prestes, então delirantemente aplaudido pela grande multidão que se comprimia na Praça Saldanha Marinho e as suas adjacências (...). O dirigente do Partido Comunista do Brasil iniciou

seu discurso evidentemente emocionado. Suas palavras feriam de perto os mais momentosos problemas políticos nacionais. Depois de haver abordado a situação social e econômica de nosso povo, par cujo a modificação recomendava em nome de seu partido a união de todas as classes (jornal A Razão, 6 de outubro de 1945, p. 1).

Esses acontecimentos mostram que, a comunidade local acompanha os problemas políticos do país, e conseqüentemente o processo de deposição de Getúlio Vargas. Esse comportamento local fica nítido com as publicações do periódico local:

O general Góes Monteiro, proclama ao Brasil o fim da ditadura: Vargas deposto!

O general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, em nome das classes armadas declara que o Exmo.sr. Presidente da República, diante dos últimos acontecimentos e para evitar maior intranqüilidade política se afastará do governo, transmitindo-o ao Sr. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (jornal A Razão, 30 de outubro de 1945, p. 2).

A deposição de Vargas, no entender de Porto (2005), era previsível e esperada pela sociedade santa-mariense, demonstrada pela inexistência de caso relevante contrário a sua deposição. O pleito nacional de escolha do novo presidente, na cidade de Santa Maria, ocorreu de forma tranqüila e democrática. A participação da comunidade nas premissas eleitorais pode ser considerada como um verdadeiro espetáculo democrático.

As eleições para a Presidência da República marcadas para o dia 2 de dezembro de 1945 teve como resultado final a vitória do candidato apoiado por Getúlio Vargas, o general Dutra do PSD/PTB. Assim como no cenário nacional, o general Dutra saiu vitorioso em Santa Maria com 10.599 votos, e o segundo colocado, Iedo Fiúza do PCB obteve 2.295 votos.¹⁶ Este resultado leva a perceber que Getúlio Dornelles Vargas conquistou uma admiração da população local, demonstrada pelo grande número de votos obtidos por seu aliado político no referido pleito eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar à Presidência da República, por meio da Revolução de 1930, Getúlio Vargas buscou centralizar o poder Executivo. Para tanto, põe fim ao poder Legislativo, fechando a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as Assembléias Estaduais e Municipais, passando a governar através de leis e decretos. Os estados passam a ser governados

por interventores nomeados pelo Presidente da República. A censura sobre a imprensa, juntamente com a exaltação da figura pública de Vargas, foi característica marcante em todo o período em que Vargas foi chefe do poder Executivo do Brasil, dentro do período temporal de 1930-1945.

Entende-se nessa construção política do cenário nacional, relacionado ao local, que Santa Maria se enquadrou na proposta política estadonovista (1937-1945), de exaltação de símbolos nacionais, formação de um Estado forte e de transição de uma economia agropecuária para uma economia comercial e industrial. A cidade de Santa Maria reflete as principais ações políticas do governo Getulista, como o combate ao comunismo, desenvolvimento econômico, desenvolvimento tecnológico e logístico, que possibilitou melhorias no setor comercial e industrial da cidade e também a participação das unidades do Exército Brasileiro sediadas na cidade na II Guerra Mundial.

Mesmo após a deposição, a cidade de Santa ligada a Getúlio Vargas, através da representação nas urnas, nas quais os partidos criados por Vargas no final do Estado Novo se sobressaíram sobre os demais, no caso o PSD e o PTB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Lenir Cassel. **A Política Varguista e Peronista e sua percepção em nível local (Santa Maria/Brasil e Santa Fé/Argentina)**. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais e Humanas. Mestrado em Integração Latino-Americano. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, 2003.

BRUM, Argemiro. **Democracia e partidos políticos no Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998, p. 68-83.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **Estado Novo e Municipalismo Gaúcho**. Passo Fundo: UPF, 1996.

CORRÊA, Roselaine Cassanova. Modernização urbana em Santa Maria: um olhar investigativo sobre o crescimento das pequenas cidades. In: X JORNADA DE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. Brasil tempo presente: os desafios do ensino de História. 2 a 4 Jun 2004. Santa Maria. UNIFRA.

COSTA BEBER, Cirílo. **Santa Maria 200 anos. História da economia do município**. Santa Maria: Palloti, 1998.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O Ardil Totalitário**. Imaginário político do Brasil nos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: USP, 2001, p. 139-217.

FLORES, Moacir. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 101-104.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **História do Rio Grande do Sul**. 2 ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 102-114.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **O Brasil contemporâneo**. 2 ed., Porto Alegre: UFRS, 1994, p. 41-56.

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPURCRS, 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo 1930-1964**. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 21-80.

SODRÉ, Néelson Wernek. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

TOTA, Antônio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FONTES PRIMÁRIAS

Diário do Interior. Santa Maria, 21 Nov 1937, p. 1.

Diário do Interior. Santa Maria, 1 Maio 1938, p. 2.

Diário do Interior. Santa Maria, 16 de Abr 1938, p. 2.

Diário do Interior. Santa Maria, 9 de Jan 1940, p. 1.

Diário do Interior. Santa Maria, 12 Nov 1937, p. 1.

Diário do Interior. Santa Maria, 29 Jan 1938, p. 2.

Diário do Interior. Santa Maria, 29 Jan 1938, p. 2.

Diário do Interior. Santa Maria, 30 Jan 1938, p. 1.

A Razão. Santa Maria, 11 Ago 1942, p. 4.

A Razão. Santa Maria, 4 Out 1945, p. 1.

A Razão. Santa Maria, 6 Out 1945, p.1.

A Razão. Santa Maria, 30 Out 1945, p. 1.

A Razão. Santa Maria, 14 Dez 1945, p. 2.

FONTE ORAL

PORTO, João Teixeira. Depoimento cedido a AGOSTINI Russini. Santa Maria, 12 de abril de 2005.